

Produção do espaço no litoral dos municípios de Parnamirim-RN e Nísia Floresta-RN

*Elizângela Oliveira*¹

Resumo

A proposta do artigo é analisar o processo de produção do espaço relacionado com as atividades de lazer e de turismo no litoral de Parnamirim e Nísia Floresta, da década de 1980 até os dias de hoje. A realização da pesquisa contou com os seguintes procedimentos metodológicos: levantamento de dados em órgãos e instituições governamentais (IBGE, SETUR/RN, Prefeitura Municipal); levantamento e georreferenciamento dos estabelecimentos comerciais e de serviços; mapeamento dos estabelecimentos; registros fotográficos; realização de 98 entrevistas com empresários dos segmentos comerciais e de serviço. Concluímos daí que os municípios que inicialmente se constituíram em espaços de consumo passam a ser espaços de produção para atender a uma demanda do turismo e do lazer, com o crescimento de tipos variados de comércio e serviços.

Palavras-chave: Produção do Espaço; Turismo; Sul Potiguar.

Abstract

The proposal of this paper is to analyze the process of the production process of the space related with leisure activities and tourism in coastal of the Parnamirim and NísiaFloresta, in the 1980s until present day. The research had the following methodological procedures: survey data to government agencies and institutions (IBGE, SETUR/RN, CityHall); survey and georeferencing of commercial establishments and services; mapping of the commercial establishments; photographic records; interviews with 98 entrepreneurs from the commercial segments and service. We conclude the municipalities that initially formed in consumer spaces become spaces of production to meet the demand of tourism and leisure, with the growth of many different types of trade and services.

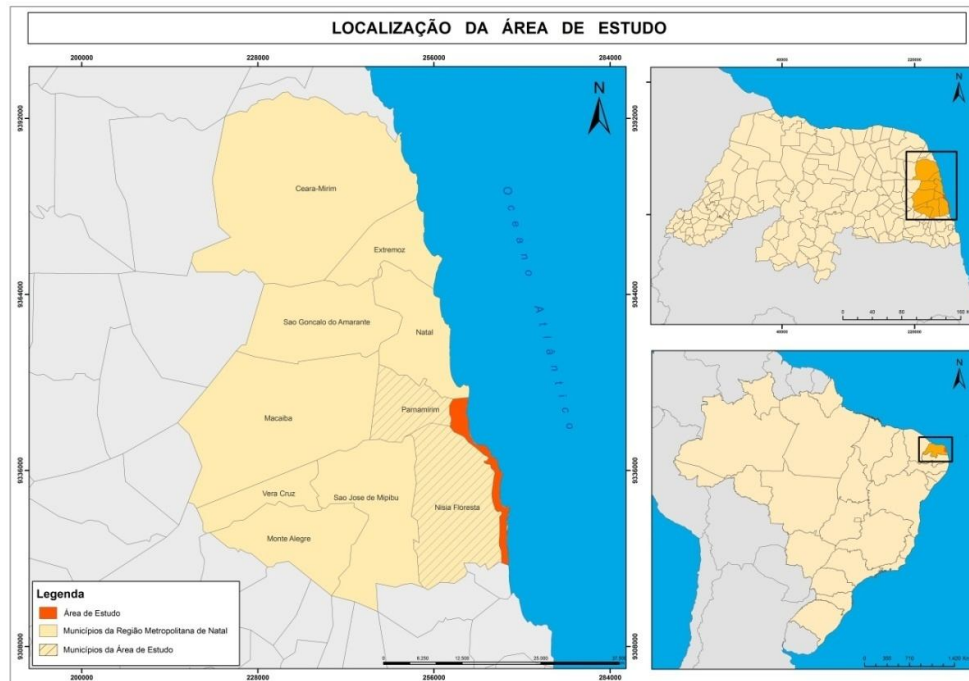
¹Licenciada em Geografia e mestre em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Membro do grupo de pesquisa Turismo e Sociedade. E-mail: elizangelaoliveirarn@gmail.com

Keywords: Production of Space; Tourism; Southern Potiguar Coast

Introdução

O Estado, a partir da implementação de Políticas Públicas, e o Capital, através de investimentos no Setor Imobiliário, com os empreendimentos de Segunda Residência para estrangeiros, como também os de domicílios permanentes, que têm crescido na área, são os principais agentes produtores do espaço no litoral de Parnamirim e Nísia Floresta.

Esses municípios estão localizados no Nordeste Brasileiro, no estado do Rio Grande do Norte, e fazem parte da Região Metropolitana de Natal, conforme mostra o Mapa 1.



Mapa 1 – Localização da Área de Estudo. Fonte: IBGE, 2010.,
Org.: Elizângela J. de Oliveira, elaboração: Mariana Torres C. Melo.

O município de Parnamirim, segundo o Censo do IBGE (2010), possui uma população de 202.456 habitantes, uma área de 123,589km², caracterizando uma densidade demográfica de 1.638,14 (hab/km²). Dista apenas 12km da capital Natal. Limita-se ao norte com Natal, ao sul com São José de Mipibu e Nísia Floresta, a leste com o Oceano Atlântico e a oeste com Macaíba.

No que se refere à Nísia Floresta, esta conta com uma população de 23.784 hab., da qual mais da metade (14.404) é constituída de população rural, conforme o Censo do IBGE (2010). Sua área territorial é de 307,839 km², com densidade demográfica de 77,26 hab/km², distando 35km da capital do Estado, conforme podemos constatar no Quadro 1, comparando os dois municípios.

Quadro 1- Comparação das principais características dos Municípios de Parnamirim e Nísia Floresta

Características	Parnamirim	Nísia floresta
População (2010)	202.456 hab	23.784 hab
Área Territorial	123,589 km ²	307,839 km ²
Densidade Demográfica	1.638,14 (hab/km ²),	77,26 (hab/km ²)
Economia	Economia baseada na Indústria Têxtil, no Comércio e no Turismo.	Economia baseada na Agropecuária e no Turismo
Distância de Natal*	12 km	35 km
Praias	Pirangi do Norte, Cotovelo e Pium	Barreta, Camurupim, Barra de Tabatinga, Búzios, Pirangi do Sul
Extensão do Litoral em km	6,4 km	20,9 km

Fonte: IBGE, 2010.

Org.: Elizângela Justino de Oliveira

*Google Earth – acesso em: 4 jul. 2012

Observamos que há diferenças significativas entre os municípios, conforme os itens apontados no Quadro 1. Entre estas, destacam-se: a população de Parnamirim é quase 10 vezes maior que a de Nísia Floresta e sua densidade é maior, devido a uma menor extensão territorial e ao fato de sua população ser superior à deste último município citado. Parnamirim também é a terceira maior economia do Estado do RN. Porém, os dois municípios são semelhantes por serem ambos litorâneos, terem em seu território um número expressivo de Segundas Residências e por desenvolverem a atividade turística no “segmento sol e praia” (SETUR, 2014).

A metodologia contou com os seguintes procedimentos: análise bibliográfica para a construção do referencial teórico com base no conceito de Produção do Sociedade e Território, Natal, v. 27, nº 1, p. 213 - 230 Jan/jun. 2015.

Espaço, a partir do olhar de Lefebvre (2000, 2008) e dos geógrafos Carlos (2011a e 2011b) e Corrêa (2011). Além da análise dos dados primários, por ocasião da pesquisa de campo do Mestrado, e dos dados secundários obtidos junto a órgãos e instituições governamentais, tais como: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Secretaria de Turismo do Rio Grande do Norte (SETUR/RN) e Prefeituras Municipais, realizou-se o levantamento e georreferenciamento dos estabelecimentos comerciais e de serviços; ao mapeamento dos estabelecimentos; a registros fotográficos; e à realização de entrevistas com empresários dos segmentos comercial e de serviço.

Esses municípios, que por volta da década de 1960-1980 constituíram-se em espaços de consumo, passam a ser espaços de produção para atender a uma demanda do turismo e do lazer, com o crescimento de tipos variados de comércio e serviços e do Setor Imobiliário, através de empreendimentos que atendem à demanda local e estrangeira, de uso ocasional e/ou permanente, que terminaram por determinar um aumento da população permanente e flutuante (FONSECA e SILVA, 2012; OLIVEIRA, 2013; PONTES, 1993).

Produção do espaço: Breve discussão conceitual

O espaço é por excelência o objeto de estudo da Geografia, ao qual várias áreas do conhecimento, a partir de diferentes abordagens, acabam por remeter para fins de seus próprios estudos, tais como a Arquitetura e a História. Faz-se jus, por isto, definirmos o que entendemos por espaço geográfico. Para tanto, tomamos como ponto de partida o conceito elaborado pelo Professor Milton Santos, para quem o espaço geográfico:

[...] é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como quadro único no qual a história se dá (SANTOS, 2008a, p. 63).

A partir dessa compreensão, os objetos geográficos podem ser tanto móveis quanto imóveis, como, por exemplo, as estradas ou um aeroporto, mas estes somente adquirirão sentido a partir das ações neles realizadas: a estrada, a partir do fluxo de pessoas e mercadorias; o mesmo se dando com o aeroporto. Esses objetos são criados para atender a uma demanda social

em seu tempo histórico: Toda criação de objetos responde a condições sociais e técnicas presentes num dado momento histórico. Sua reprodução também obedece a condições sociais. [...]

Para os geógrafos, os objetos são tudo o que existe na superfície da Terra, toda herança da história natural e todo resultado da ação humana que se objetivou (SANTOS, 2008a, p. 68-72).

Assim, os objetos geográficos são históricos e fruto da técnica disponível no seu tempo, de uma sociedade específica que expressa sua história a partir de objetos fixos implantados, que em algum momento atendeu a uma demanda social. Além do mais, esse tipo de objeto é refuncionalizado ao longo do tempo, ganhando novas funções e novas ações correspondentemente ao tempo. Assim, o espaço é fruto da ação humana e, segundo Castells (1983, p. 4) *apud* Soja (1993, p. 89), não é apenas reflexo da sociedade, mas a própria sociedade:

O espaço não é um "reflexo da sociedade", ele é a sociedade. (...) Portanto, as formas espaciais, pelo menos em nosso planeta, não de ser reproduzidas, como o são todos os outros objetos, pela ação humana. Não de expressar e executar os interesses da classe dominante, de acordo com um dado modo de produção e com um modo específico de desenvolvimento. Não de expressar e implementar as relações de poder do Estado numa sociedade historicamente definida. Serão realizadas e moldadas pelo processo de dominação sexual e pela vida familiar imposta pelo Estado. [...].

Para Lefebvre (2008, p. 40), "a noção de espaço está relacionada com o espaço mental (percebido, concebido, representado) e o espaço social (construído, produzido, projetado, portanto, notadamente o espaço urbano), isto é, entre espaço da representação e a representação do espaço". E completa: "não há, portanto de um lado o espaço global (concebido) e de outro, o espaço fragmentado (vivido), [...]. O espaço é, ao mesmo tempo, total e quebrado, global e fraturado, da mesma maneira que ele é concebido, percebido, vivido (LEFEBVRE, 2000, p. 411, tradução nossa).

Nesta perspectiva, o espaço seria um misto do espaço mental e do social, pois ele não é somente um produto, mas um produto construído socialmente, com representações dos agentes sociais, ao perpetuarem estas suas marcas no tempo e no espaço. As ações dos diversos agentes sociais promovem a constante transformação do espaço, a partir de dinâmicas e lógicas por vezes diferentes e por vezes semelhantes. É o espaço do fazer social. Ainda segundo Lefebvre (2008, p.

82), “O espaço não é apenas organizado e instituído. Ele também é modelado, apropriado por este ou aquele grupo, segundo suas exigências, sua ética e sua estética, ou seja, sua ideologia”.

O espaço é fruto de práticas sociais empreendidas pelos seus diferentes agentes produtores; cada qual, com seus interesses, produz um espaço.

[...] Para uns, de uma certa história, de um passado, geral ou particularizado. Para outros, de diversas atividades, por exemplo, agrícolas, artesanal, industrial, etc. Em outras palavras, o espaço resulta do trabalho e da divisão do trabalho; a esse título, ele é o lugar geral dos objetos produzidos, o conjunto das coisas que o ocupam e de seus subconjuntos, efetuado, objetivado, portanto, 'funcional' (LEFEBVRE, 2008, p. 44).

Esses espaços são produzidos por diversos agentes. Segundo Corrêa, a produção do espaço:

É consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmo e com outros segmentos da sociedade. [...]

Os agentes sociais da produção do espaço estão inseridos na temporalidade e espacialidade de cada formação socioespacial capitalista. [...]. E são os agentes que materializam os processos sociais na forma de um ambiente construído [...] (CORRÊA, 2011, p. 41-44).

Embora ressaltemos aqui que a produção do espaço propriamente dita é anterior ao Capitalismo, no momento da expansão deste, a produção do espaço adquire novos contornos, conforme ressalta Carlos:

[...] a produção do espaço é anterior ao capitalismo e se perde numa história de longa duração iniciada no momento em que o homem deixou de ser coletor e caçador e criou condições de, através de seu trabalho, transformar efetivamente a natureza (dominou-a). [...]

No capitalismo, essa produção adquire contornos e conteúdos diferenciados dos momentos históricos anteriores, expande-se territorial e socialmente (no sentido de que penetra em todos os lugares do mundo e em toda a sociedade) incorporando as atividades do homem, redefinindo - se sob a lógica do processo de valorização do capital. Nesse contexto, o próprio espaço assume a condição de mercadoria como todos os produtos dessa sociedade. A produção do espaço se insere, assim, na lógica da produção capitalista que transforma todo o produto dessa produção em mercadoria. A lógica do capital fez com que o uso (acesso necessário à realização da vida) fosse redefinido pelo valor de troca e, com isso, passasse a determinar os contornos e sentidos da apropriação do espaço, pelos membros desta sociedade (CARLOS, 2011a, p. 64).

O processo de produção do espaço na Contemporaneidade ocorre então sob a lógica do sistema capitalista vigente, que visa o lucro, transformando praticamente todo e qualquer objeto em mercadoria. Para reforçar essa idéia, Harvey (2010) afirma que

A luta pela manutenção da lucratividade apressa os capitalistas a explorarem todo tipo de novas possibilidades. São abertas novas linhas de produto, o que significa a criação de novos desejos e necessidades. Os capitalistas são obrigados a redobrar seus esforços para criar novas necessidades de outros, enfatizando o cultivo de apetites imaginários e o papel da fantasia, do capricho e do impulso (HARVEY, 2010, p. 103).

Neste sentido, o Capitalismo investiu nas novas formas de lazer, e o Turismo é uma delas, transformando e consumindo o espaço, embora parte desse consumo seja “improdutiva”, pois apenas “produz charme” (LEFEBVRE, 2000, p. 415, tradução nossa), não suscitando investimentos. A outra parcela desse consumo é altamente produtiva, com altos investimentos de capital, afim de vir a diversificar os produtos turísticos e atender às diferentes demandas.

Os espaços, na ótica desse sistema, são construídos para atender a determinados perfis de turistas, com vistas a contribuir para a formação de um imaginário psicológico de paisagens e lugares paradisíacos nas pessoas, aguçando nelas o desejo de conhecê-los, induzindo-as, assim, ao consumo. Para isto, são criados os lugares artificiais, os chamados “simulacros” ou “pseudo lugares” (Baudrillard, 2010; Cruz, 2007; Urry, 1999), que constituem uma imitação ou cópia de determinadas paisagens alheias ao lugar, tornando essas áreas comercializáveis e consumíveis - idéia que reflete a lógica capitalista do consumo. A este respeito, Lefebvre, no Capítulo 6 da sua obra “Produção do Espaço” (2000), ao tratar das contradições do espaço, dentre as quais se destacam “quantidade e qualidade”, afirma:

As pessoas em geral abandonam a partir de um certo momento, o espaço de consumo que coincide com os lugares históricos de acumulação do capital, com o espaço da produção e o espaço produzido, aquele do mercado, aquele percorrido pelos fluxos e que é controlado pelo Estado, espaço portanto, estritamente quantificado. Nesse momento dirigem-se ao consumo do espaço (consumo improdutivo). De que momento se trata? O momento da partida: das férias, momento primeiro contingente que se tornou necessidade. Então as pessoas exigem um espaço qualitativo. Essas qualidades intitulam-se: sol, neve, mar. Naturais ou simuladas, pouco importa. [...] o neo-capitalismo e o neo-imperialismo dividem o espaço dominado em regiões exploradas para e pela produção (de bens de

consumo) e em regiões exploradas para e pelo consumo do espaço. Turismo, lazer, tornam-se grandes setores de investimento e de rentabilidade, complementando a construção, a especulação imobiliária, a urbanização generalizada [...] (LEFEBVRE, 2000, pp. 407-408, tradução nossa).

Nessa lógica, superou-se a produção apenas de mercadorias, passando-se, na atual fase do capital, a produzirem-se também comportamentos consumistas. Carlos (2011b) vem corroborar com essa idéia ao afirmar que:

Considerada em sua totalidade, a acumulação tende a produzir uma racionalidade homogeneizante, inerente ao processo que se realiza produzindo não só objetos/mercadorias, mas também a divisão e organização do trabalho, modelos de comportamento e valores e representações que induzem ao consumo, revelando-se norteadores da vida cotidiana (CARLOS, 2011b, p. 65).

Com relação aos agentes produtores do espaço, Carlos (2011b, p.64) considera estes como constituídos pelo capital, pelo Estado e pelos sujeitos sociais.

Quando se trata dos espaços de lazer (e turismo), o Estado, juntamente com o Setor Imobiliário enquanto uma das frações do capital exerce importante papel enquanto agente da produção desses espaços.

Produção do espaço e dinâmica urbana no litoral de Parnamirim-RN e Nísia Floresta - RN

Os agentes: o Estado e o Capital

É o Estado que regula o espaço a partir das normas, das leis e regras da produção do espaço, ou seja, é o Estado que “estabelece o marco jurídico de produção e uso do espaço” (CORREA, 2011, p. 45), além de executar ações que permitem a sua produção por outros agentes. Um exemplo é quando o Estado estrutura determinada localidade com vias de tráfego, sistemas de energia, água e esgotamento sanitário, etc. Tal estruturação promove e beneficia o Setor Imobiliário. Essa idéia é reforçada por Lefebvre (2000), ao afirmar que

A produção do espaço se efetua com a intervenção do Estado que age segundo as intenções do capital, mas parece obedecer apenas às exigências racionais da comunicação entre partes da sociedade, assim como de um crescimento conforme os interesses de todos os usuários (LEFEBVRE, 2000, p. 431, tradução nossa).

No caso da área analisada, o papel do Estado, a partir da implementação de políticas públicas, foi fundamental para a do turismo e conseqüentemente para a emergência de bares, restaurantes, hotéis e empreendimentos imobiliários que vieram atender à nova demanda existente. Inicialmente os investimentos ocorreram na capital do Estado, a partir das obras de infra-estrutura, como a implantação do mega projeto turístico “Parque das Dunas/Via Costeira – PD/PV – e do “Programa de Desenvolvimento do Turismo no Rio Grande do Norte” - PRODETUR I-RN.

O primeiro, idealizado a partir do final dos anos de 1970 e implantado na segunda metade dos anos de 1980, ligou as duas praias urbanas de Natal - Areia Preta e Ponta Negra - através da estrada Via Costeira. Embora o projeto visasse à construção de hotéis ao longo da rodovia para impulsionar a atividade turística no Estado, essa via também possibilitou uma ocupação mais densa de Ponta Negra.

O segundo - o PRODETUR I-RN - foi implementado na década de 1990, abrangendo uma área bem mais ampla e litorânea do Estado, a saber: os municípios de Ceará Mirim, Extremoz, Natal, Parnamirim, Nísia Floresta e Tibau do Sul, dos quais, os cinco primeiros integram a RMN.

O referido Programa apresentou relevância quanto à implantação de algumas obras de infra-estrutura posteriormente tornadas importantes para o incremento do Turismo. Dentre estas, destacam-se os investimentos em saneamento básico (água e esgoto); a ampliação e modernização do Aeroporto “Augusto Severo”² - que teve sua área inicial construída de 2.970m², depois ampliada para 10.300m² - o mesmo se dando com a área do estacionamento, que comportava apenas 130 veículos e passou a ter capacidade para 475 vagas; e, por fim, os investimentos no componente “transporte”, com a construção e melhoria de estradas.

A implantação de todos esses fixos e objetos geográficos no espaço redimensionou, assim, os fluxos para essa área - fluxo de pessoas (turistas, usuários de Segunda Residência, população permanente), de capital, de mercadorias, etc., tendo em vista que tais fixos propiciaram o crescimento de domicílios permanentes e dos Domicílios de uso ocasional.

²Este aeroporto atualmente encontra-se desativado. O novo Aeroporto “Governador Aluísio Alves” está em operação desde maio de 2014, na cidade de São Gonçalo do Amarante.

Dessa forma, o conjunto dos “fixos naturais [praias, dunas, falésias, lagoas, etc.] e sociais” (SANTOS, 2008b, p. 87), aliado à importância que o lazer vem conquistando na Sociedade Contemporânea, deu origem a um sistema de engenharia que tem promovido o aumento dos turistas no Estado, como também a expansão das Segundas Residências e a refuncionalização do território no litoral de Parnamirim e Nísia Floresta.

Considerando que a maior parte dos turistas que visitam os municípios em questão é constituída daqueles que vêm para o destino turístico Natal, os dados concernentes a esse destino revelam um crescimento no número total de turistas no período de 2001-2012, embora apresentem queda no número de turistas estrangeiros. Em 2001, o número de turistas brasileiros e estrangeiros contabilizava 1.089.110, em que aqueles representavam um total de 985.095 (90,45%) e estes, 104.015 (9,55%). Em 2012, somavam 1.701.009, sendo 1.590.187 (93,48%) brasileiros e 110.912 (6,52%) estrangeiros, ou seja, nesse último ano, ocorre uma queda no número de turistas estrangeiros e um aumento dos turistas nacionais em relação ao ano de 2001. A queda dos turistas estrangeiros dá-se a partir de 2008, sendo que, entre 2001-2007, esse percentual de turistas crescia ano após ano, conforme mostra a Tabela 1.

Tabela 1 – Fluxo de turistas em Natal 2001-2010

Anos	Brasileiros		Estrangeiros		Total
	Fluxo	%	Fluxo	%	Fluxo
2001	985.095	90,45	104.015	9,55	1.089.110
2002	882.227	88,25	117.467	11,75	999.694
2003	837.911	83,23	168.855	16,77	1.006.766
2004	975.296	81,13	226.915	18,87	1.202.211
2005	1.086.016	80,11	269.664	19,89	1.355.680
2006	1.147.221	83,54	226.012	16,46	1.373.233
2007	1.155.009	85,48	196.118	14,52	1.351.127
2008	1.218.104	87,56	173.047	12,44	1.391.151
2009	1.344.415	91,10	131.322	8,90	1.475.737
2010	1.529.511	92,69	120.591	7,31	1.650.102
2011	1.552.589	92,70	122.264	7,30	1.674.853
2012	1.590.187	93,48	110.912	6,52	1.701.009

Fonte: Anuário Natal, 2014

Podemos destacar também que, em Parnamirim, o percentual de Segundas Residências é superior nos períodos de 1991-2000 e de 2000-2010, quando comparado aos demais municípios litorâneos da RM (ver Tabela 2),

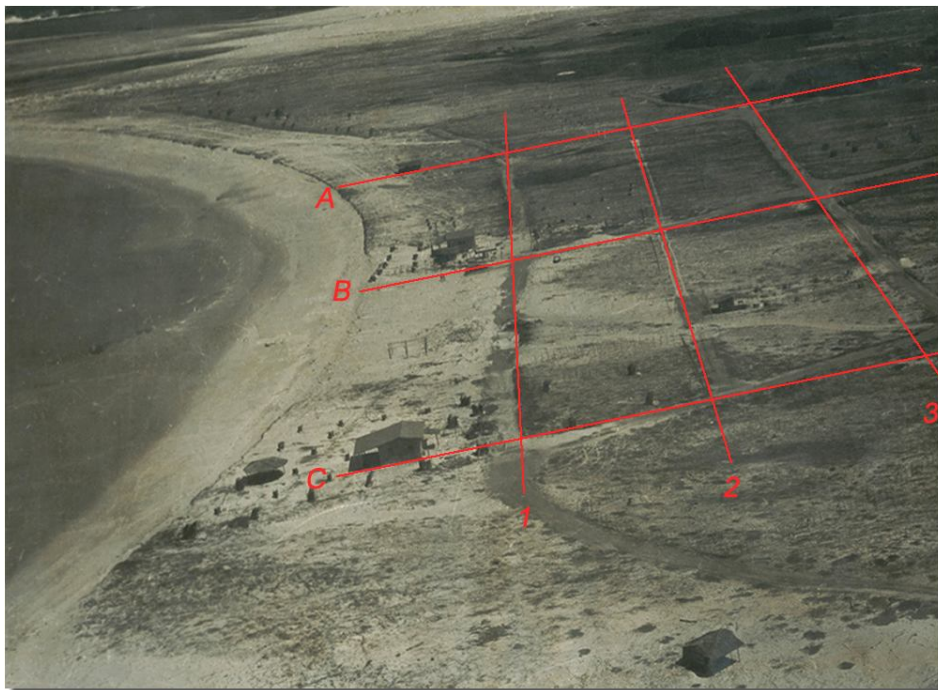
chegando, no primeiro período, a 105,52% e, no segundo, a 120,41%, ou seja, a mais de 100% em cada um dos períodos.

Tabela 2 - Crescimento dos Domicílios de Uso Ocasional nos Municípios Litorâneos da Região Metropolitana de Natal-1991/2000/2010

Municípios	1991	2000	2010	% 1991-2000	% 2000 -2010
Ceará Mirim	579	910	1.858	57,17	104,17
Extremoz	1.223	2.471	4.354	102,04	76,20
Natal	1.452	2.780	5.850	91,46	110,43
Nísia Floresta	2.016	3.442	5.674	70,73	64,85
Parnamirim	887	1.823	4.018	105,52	120,41

Fonte: IBGE, 2010

No caso da distribuição dos Domicílios de Uso Ocasional nas praias de Nísia Floresta e Parnamirim, estes concentram-se, em sua maioria, nas praias de Camurupim, Barra de Tabatinga e Búzios, situadas em Nísia Floresta, e em Pirangi do Norte, praia pertencente a Parnamirim. As praias de Camurupim e Barra de Tabatinga foram as primeiras a ser ocupadas na década de 1980, com a divisão da terra em loteamentos. Atualmente o fácil acesso por vias bem estruturadas até essas praias possibilita a expansão das Segundas Residências, conforme podemos vislumbrar nas fotografias 1 e 2, correspondentes ao processo de ocupação na praia de Barra de Tabatinga em períodos diferentes.



Fotografia 1 - Praia de Tabatinga – 1983. Fonte: Acervo particular do Sr.Pedro Vitorino, 1983.



Fotografia 2- Praia de Tabatinga – 2006 Fonte: Acervo particular do Sr.Pedro Vitorino, 2006.

Verificamos que as primeiras casas à beira-mar eram de palha ou taipa. Duas décadas depois, deu-se um processo de ocupação da orla mais intensificado e com tipologias diferentes, resultando numa área de concentração de Segundas Residências. O processo de expansão das Segundas Residências e de desenvolvimento do Turismo também possibilita o crescimento de tipos diversos de comércio e serviços no litoral.

Os projetos turísticos mencionados anteriormente foram fundamentais para a estruturação das áreas litorâneas, promovendo a urbanização no litoral, de tal forma que espaços antes pouco urbanizados ou não urbanizados passaram a ser apropriados pela atividade turística, necessitando de novos objetos para sua implementação, o que acabou por determinar a urbanização da área.

Em função dessa reestruturação do espaço litorâneo dos municípios em foco, em parte decorrente de investimentos pelo Estado em políticas públicas, essas áreas têm se mostrado atrativas para investimentos provenientes de um agente representante do Capital: o Setor Imobiliário.

A captação de investimento imobiliário na área referida pode ser verificada observando-se as novas tipologias de imóveis que vêm surgindo no litoral dos municípios de Nísia Floresta e Parnamirim, no que se refere a condomínios fechados tanto para usuários de Segunda Residência quanto para moradores permanentes, atendendo, assim, a uma demanda local e estrangeira. Segundo Silva (2009, p.8), até a década de 1980, as casas de veraneio atendiam a uma demanda local do próprio Estado e suas tipologias eram simples, em formato horizontal e distribuídas isoladamente ao longo do litoral.

Na primeira década do século XXI, os imóveis vêm assumindo nova expressão no litoral, sobretudo os de uso ocasional, fruto de investimentos que envolvem grandes volumes de capitais internacionais; a demanda dos bens produzidos são procedentes do exterior (europeus); uma maior diversificação das tipologias dos empreendimentos caracterizados pela produção de condomínios fechados de padrão médio, como é o caso entre outros, do Condomínio “Tabatinga Beach Resort” (Fotografia 3), com 74 unidades, localizado na praia de Barra de Tabatinga, um empreendimento norueguês.



Fotografia 3- Condomínio “Tabatinga Beach Resort” em Tabatinga- Nísia Floresta

Foto: Elizângela Oliveira – Trabalho de campo (2012)

O promotor imobiliário, como agente da produção do espaço, se vale das benesses naturais que valorizaram o litoral, como também das obras de infra-estruturas, que promoveram a facilidade de acesso a essa área - obras estas oriundas de investimentos públicos -, para reproduzir capital, ampliando seus lucros.

Assim a produção do espaço por seus principais agentes tem promovido uma nova dinâmica urbana no litoral dos municípios analisados, com o crescimento da população de praia, dos domicílios permanentes, e da variedade de tipos de comércio e serviços para atender a essas demandas.

Um exemplo desse processo é que a ampliação da infra-estrutura de circulação pelo sistema de rodovias se inicia em Natal e segue em direção ao litoral de Parnamirim e Nísia Floresta, facilitando o acesso até às praias, como também o crescimento da infra-estrutura básica de água e esgoto, energia e saúde, de tipos de comércio e serviços, que tem estruturado essa porção do litoral, dando condições para que as Residências Secundárias tornem-se a primeira residência, ou seja, a residência permanente, possibilitando, assim, o aumento não só das Segundas Residências e do fluxo de turistas, mas também da população permanente, conforme podemos verificar na Tabela3).

Tabela 3- Evolução da População nas Praias – 2000/2010

Praia	2000	2010	%2000-2010
Nísia Floresta			
Barreta, Tabatinga e Camurupim	938	1.641	74,95
Búzios e Pirangi do Sul	1.951	1.982	1,59
Parnamirim			
Pium	2.238	2.694	20,37
Cotovelo	168	788	369,04
Pirangi do Norte	2.413	2.955	22,46

Fonte: IBGE, 2010

Percebemos, no período correspondente ao período censitário 2000-2010, que as populações das praias de Cotovelo, em Parnamirim, Barreta, Tabatinga e Camurupim, em Nísia Floresta, foram as que mais cresceram.

Com a intervenção do Estado, a expansão do Setor Imobiliário e o crescimento do Turismo na área-objeto do estudo, verificou-se que, nas últimas décadas, ocorreu uma significativa expansão dos serviços e do comércio para atender à crescente demanda de usuários, conforme apontam os estudos realizados por Oliveira (2013). Dados da pesquisa de campo mostram que a maioria dos estabelecimentos entrevistados iniciou suas atividades nas duas últimas décadas, entre o período de 1993 e 2012, conforme apresenta a Tabela 4 abaixo – justamente quando se verifica a expansão do Turismo e a intensificação do uso de casas de veraneio.

Tabela 4 - Período de abertura dos estabelecimentos comerciais e de serviços

Período	Parnamirim e Nísia Floresta	
	N	%
1972 – 1982	06	6,12
1983 – 1992	10	10,20
1993 – 2002	30	30,61
2003 – 2012	51	52,04
Não informado	01	1,02
Total	98	100

Fonte: Pesquisa de Campo (2012)³.

No período entre 1993 e 2012, foram abertos 82,65% dos estabelecimentos em funcionamento no litoral de Parnamirim e Nísia Floresta,

³Os dados da Tabela 4 são referentes aos questionários aplicados aos comerciantes e prestadores de serviços do litoral de Parnamirim e Nísia Floresta. A amostragem de 100 questionários foi calculada considerando a população total de comércios e serviços contabilizados *in loco*, no total de 364 estabelecimentos comerciais e serviços. A contagem dos estabelecimentos inclui as oito praias que compõem o litoral de ambos os municípios, a saber: Barreta, Camurupim, Barra de Tabatinga, Búzios, e Pirangi do Sul (Nísia Floresta), e Pirangi do Norte, Cotovelo e Pium(Parnamirim).

Logo, a produção do espaço urbano caracterizado pela expansão das Segundas Residências, o crescimento de tipos variados de comércio e serviços, o aumento dos domicílios permanentes e a expansão do Setor Imobiliário para atender à demanda dos usuários de Segunda Residência e de turistas, têm dinamizado essa área nas últimas duas décadas.

Considerações Finais

A produção do espaço da área analisada ocorre para atender a uma demanda turística e de lazer. Essa produção dá-se de forma distinta, considerando a escala temporal, devido, sobretudo, ao caráter sazonal das atividades de lazer e turismo. Na alta estação há uma presença mais intensa do Estado na manutenção das ruas, da iluminação e da segurança. É também nesse período que muitos estabelecimentos comerciais e serviços se fixam naquela área apenas por alguns meses, fechando suas portas na baixa temporada, como é o caso das franquias, e, mesmo aqueles que permanecem atuando, seu uso e finalidade são interrompidos de acordo com a ocorrência e intensidade dos fluxos, considerando o caráter sazonal da atividade turística.

Considerando os principais agentes produtores do espaço -o Estado e o Capital -, encontramos novos processos que têm a Segunda Residência como o elemento primeiro e impulsionador da produção do espaço para o/pelo lazer e turismo.

Um dos primeiros objetos fixados na área para atender à demanda do lazer foi a Segunda Residência. Considerando a escala temporal 1980-2014, percebemos que esse fixo tem alterado sua forma no tempo e no espaço, tornando-se um importante elemento da produção do espaço que vai demandar ações importantes do Estado, como a implementação de infra-estruturas, tais como energia, abastecimento de água, vias de acesso e segurança.

Podemos dividir o processo de produção do espaço para atender à demanda de lazer, a partir das Segundas Residências, em quatro estágios distintos. O primeiro é anterior à década de 1980, com os primeiros loteamentos e ocupação da área, com residências muito simples. O segundo estágio está compreendido entre 1980 e 1990, com o crescimento das Segundas Residências, oferecendo um maior conforto e a inserção do Turismo. O terceiro estágio, de 2000 até 2007, é quando

ocorre a consolidação do Turismo, as Segundas Residências permanecem crescendo, o Setor Imobiliário age de forma mais ativa, atendendo a demandas nacionais e estrangeiras.

Mudam-se drasticamente os padrões dos imóveis (condomínios fechados, horizontais e verticais) no quarto e último estágio =de 2008 até os dias atuais. A crise econômica iniciada nesse mesmo ano afetou os investimentos estrangeiros no Estado, estagnando o setor que tem buscado o mercado nacional para se recuperar.

Concluimos que os municípios que inicialmente constituíram-se espaços de consumo passaram a ser espaços de produção para atender a uma demanda do turismo e do lazer, com o crescimento de tipos de comércio e serviços, bem como do Setor Imobiliário, com os empreendimentos para atender à demanda local e estrangeira, de uso ocasional e/ou permanente, que terminou acarretando no aumento da população permanente e flutuante.

Referências

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade do Consumo**. Biblioteca Nacional de Portugal: Arte e comunicação, 2010. p.121-252.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011 a.

_____. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011b. p. 53-74

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Introdução à Geografia do Turismo**. São Paulo: Rocca, 2001.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Geografias do turismo: De lugares a pseudo lugares**. São Paulo: Roca, 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão (Orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 41-51.

DA HORA, Carlos Eduardo Pereira; MEDEIROS, Fernando Antônio Carneiro de.(org.).**Anuário Natal**. Natal: SEMURB, 2014.

FONSECA, Maria Aparecida Pontes da; SILVA, Kelson Oliveira. Origem e Evolução das segundas residências no Pólo Costa das Dunas/RN. In: FONSECA, Maria

Aparecida Pontes da. (org.). **Segunda residência, lazer e Turismo**. Natal: EDUFRN, 2012. p. 95-126

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 19. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **O novo imperialismo**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

IBGE. **Sinopse do censo demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse>>. Acesso em: 15 abr. 2012 as 10h07min.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri. Des contradictions de l'espace a l'espace différentiel. In: _____. **La production de l'espace**. 4ª ed. Paris: Anthropos, 2000. p. 407-460.

OLIVEIRA, Elizângela Justino de. **Lazer e urbanização**: a dinâmica do setor de serviços no litoral de Parnamirim e Nísia Floresta. 2013. 180f. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

PONTES, Maria Beatriz Soares; Nóbrega Júnior, Orgival; LIMA, Juarez Antunes de; BRITO, Maria Taveira de. **Meio – Ambiente e processo fundiário em conflito**: Parnamirim e Nísia Floresta. Natal: UFRN/CCHLA, 1993.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2008a. p. 61-87.

_____. **Metamorfose do Espaço Habitado**. 6. ed. São Paulo: EDUSP, 2008b. p. 83-94.

SETUR-RN. **Turismo Sol e Praia**. Disponível em: <<http://natalbrasil.tur.br/destinos/turismo-sol-e-praia/>>. Acesso em: 24 set. 2014 as 8h27min.

SOJA, Eduard William. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social. Tradução Vera Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

URRY, John. **O olhar do turista**: Lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. Tradução Carlos Eugênio Marcondes de Moura. 2. ed. São Paulo: Studio Nobre – SESC, 1999. (Coleção megalópolis)

Recebido em Maio de 2014.

Publicado em Junho de 2015.